

Monitor Mercantil – 01/04/2013

Caos ameaça o setor elétrico

<http://www.monitormercantil.com.br/index.php?pagina=Noticias&Noticia=130536>

A mania dos governantes de legislar por medidas provisórias (MP) vai custar caro aos brasileiros. Após ser divulgado o prejuízo de R\$ 6,9 bilhões da Eletrobras, o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, julga que foram lançadas as bases para desestruturação econômica e regulatória da área elétrica. Segundo Sales, a MP 579 trouxe grandes perdas "no momento em que ministros fazem road shows internacionais para atrair investidores". Cita que o uso de termelétricas deve gerar custo extra de R\$ 6 bilhões e, assim, a redução de 20% na conta de luz seria consumida com rapidez. Acentua que a Resolução 3 do Conselho Nacional de Política Energética buscou socializar prejuízos e "expropriar o caixa das geradoras, ao impor que passem a arcar com parte do encargo, o que não faz sentido".

Acusa Sales o governo de uso político das estatais, uso eleitoral da tarifa, expropriação do caixa de agentes e interferências regulatórias retroativas, gerando "dessorranjo institucional". E, em toda solenidade no Palácio do Planalto, são anunciados bilhões em aplicações de investidores privados nacionais e estrangeiros que, na verdade, estão assustados e com medo de investir, tanto em energia como aeroportos, portos e estradas, sem saber o que virá na próxima MP.

No Jornal dos Economistas, Roberto D'Araujo, diretor do Instituto Ilumina, diz que o grupo Eletrobras terá redução de 70% em suas receitas e que o governo impôs uma tsunami na área. Lembra que, embora a energia seja cara, o peso no custo da indústria não passa de 4,5%, exceção feita a setores eletrointensivos, como o de alumínio. Diz ainda que as empresas passam a ser "empreiteiras de operação e manutenção, perdendo a iniciativa de investir, pois qualquer despesa que não for classificada nessa categoria deve ser autorizada pela agência reguladora".

Na mesma fonte - órgão do Sindicato e Conselho de Economistas do Rio - o ex-presidente da Eletrobras Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe), da UFRJ, concorda com a necessidade de reduzir tarifas, mas garante que isso ocorreu "às expensas das estatais, principalmente da Eletrobras e suas geradoras Chesf, Furnas e Eletronorte". Em todo o mundo, as termelétricas são caras, mas Pinguelli afirma que as brasileiras usam combustíveis caros e poluentes e assim compõem um "circo dos horrores".

A propósito, sem ter a ver com as trapalhadas dessa MP, o físico afirma que Angra II foi cara e que Angra III será caríssima. Como sempre, ele alerta para os problemas da energia nuclear. Por fim, Pinguelli, embora seja reconhecidamente a favor da ação estatal, declara, sobre possível venda a particulares do sistema governamental: "Eu não sou simpático à privatização, mas a situação é tão caótica que a privatização poderá ser uma solução".

Adilson de Oliveira, professor do Instituto de Economia da UFRJ, afirma ser difícil ser otimista. Lembra que as empresas federais aceitaram o pacote do governo, ao

contrário de companhias estaduais, e que o governo partiu para subsidiar tarifas com recursos do Tesouro, em 2013. Lembra que investidores privados tenderão a demandar maior remuneração para seus projetos e que a indexação seguirá elevando as tarifas domésticas.

Em relação aos apagões, Oliveira não mede palavras: "Esses problemas vêm sendo creditados a raios ou falhas humanas. Na prática, são fruto da má governança do sistema de transmissão". E acentua: "Preservada a governança atual da transmissão, deverá aumentar o risco de apagões, com deterioração da competitividade do sistema". E conclui: "Infelizmente, o governo optou pelo caminho politicamente fácil da desvalorização dos ativos estatais. O custo dessa opção será sentido por décadas".